

- **Ex.mº Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**
- **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e também Presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios**
- **Senhora Procuradora Geral da República**
- **Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça**
- **Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura**
- **Senhor Provedor-Adjunto em representação do Senhor Provedor de**

Justiça

- **Senhor Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**
- **Emérito Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Noronha**

Nascimento

- **Senhores Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal de**

Contas

- **Senhores Presidentes dos Tribunais das Relações de Lisboa, Porto, Guimarães e Évora e dos Tribunais Centrais Administrativos do Norte e do Sul**

- **Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra**

- **Senhor Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, em representação do Senhor Bastonário e Senhor Presidente do Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados**

- **Eméritos Presidentes desta Relação**

- **Senhores Desembargadores**

- **Senhores Procuradores Gerais Adjuntos**

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e também Presidente do Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra**

- Senhores Presidentes dos Tribunais de Comarca de Coimbra, Leiria, Viseu, Castelo Branco e Guarda

- Senhores Juizes e Procuradores presentes

- Senhores Dirigentes dos Organismos Públicos presentes

- Senhora Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses

- Senhor Presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais e demais dirigentes das associações sindicais presentes

- Exmas. Autoridades Civas, Militares e Académicas

- Senhores Funcionários deste Tribunal

- Ilustres e Distintos Convidados

- Minhas Senhoras e meus Senhores

1. Quero agradecer, em primeiro lugar a Vossa Excelência Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, pelas palavras muito amigas, que me dirigiu neste acto de posse. É uma grande honra para mim, num momento que não esquecerei, ter sido Vossa Excelência que há longos anos tem a minha especial admiração como pessoa e magistrado de eleição a conferir-me a posse como 33.º presidente da Relação de Coimbra.

Agradeço, também, sensibilizado, a presença de todos os ilustres e distintos convidados, e demais presentes, amigos e colegas.

Quero também dirigir uma palavra de reconhecimento e respeito aos meus antecessores no cargo de Presidente desta Relação. Em especial, ao agora Conselheiro António Joaquim Piçarra, o primeiro presidente com quem convivi nesta Casa e com quem aprendi o orgulho de ser parte dela. Mas também, ao presidente cessante, o meu colega Isaías Pádua pela colaboração que prestou nesta transição de cargo e pela dedicação com que exerceu a sua presidência.

2. Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Ao longo do último ano, tenho acompanhado as suas avisadas palavras, designadamente na posse dos meus colegas presidentes dos demais tribunais da Relação, num tempo que foi de renovação nos cargos, a respeito da importância destes tribunais superiores na criação e fixação da jurisprudência e das cautelas e preocupações com um, porventura, excessivo sistema de “filtragem” dos casos que podem ser examinados pelo Supremo Tribunal de Justiça, mas também nas condições disfuncionais que entorpecem a fluidez do exercício da jurisdição nas Relações.

Os tribunais da Relação são hoje os verdadeiros tribunais superiores para bem mais de 90% dos casos que ultrapassam o patamar decisório dos tribunais de comarca. Ou seja, a garantia de recurso começa e acaba neles para a esmagadora maioria dos cidadãos que recorre à justiça.

Ocupam, também por isso, um lugar absolutamente central na realização do direito, na definição da certeza e da segurança do direito.

Por consequência, o nível de reflexão e ponderação sobre as suas condições de funcionamento deve estar à altura dessa responsabilidade.

O subdimensionamento persistente dos quadros de desembargadores que se tem vindo a observar ao longo dos anos, sem remédio à vista, com uma atribuição de casos a cada desembargador bem superior ao máximo que lhe deveria ser atribuído, de acordo com as próprias indicações do Conselho Superior da Magistratura, afecta a percepção de qualidade e intranquiliza os que legitimamente aspiram a decisões jurisdicionais não só tempestivas, mas - com mais importância – coerentes entre si, na interpretação e aplicação do direito constituído.

O reforço dos mecanismos de discussão, de colegialidade, de aproximação de visões divergentes, inibindo uma excessiva fragmentação ou balcanização da jurisprudência das Relações, para usar as expressões de Vossa Excelência, Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, é urgente, dentro de cada tribunal da Relação, mas também entre os vários tribunais da Relação.

Mas isso só será possível mediante reforçada disponibilidade de cada juiz desembargador ou formação de juízes e pela acção construtiva dos presidentes das Relações e dos presidentes das várias Secções de cada Relação. Porém, para obter esse tempo de qualidade, não só os quadros têm de estar correctamente dimensionados, mas

deve, também, procurar-se estabilidade nas formações de juízes, sem excessiva rotatividade. Embora devam prevenir-se rupturas nos lugares originadas de muitas formas em cada ano, entre movimentos judiciais.

O reforço da colegialidade a múltiplos níveis tem de ser incentivado. O regime do recurso em matéria de facto, deve ser reequacionado ante a sua desproporção, à frente dos olhos, face aos resultados esperados no remédio para erros de julgamento. O papel dos presidentes das Secções terá de ser reforçado, para que exerçam com tempo a sua missão coordenadora, na dinamização da discussão e da formação, na troca permanente de ideias, na detecção de divergências, na procura de convergências. A introdução de tecnologias que facilitam o trabalho, mas que também introduzem hábitos de trabalho solitário, deve ser compensada com a multiplicação de espaços de debate. Neste ponto, não posso deixar de assinalar que a introdução da ferramenta “Citius” que começa a acontecer nas Relações acentuará o trabalho solitário, podendo até dispensar a presença dos juízes nas instalações do tribunal, como resultado da eficiência das comunicações à distância. Essa tendência terá de ser contrariada, pois a discussão presencial dos casos não pode ser habitualmente dispensada, como bem se compreende, tratando-se de construir visões comuns e referências jurisprudenciais sólidas.

3. Excelências

Ilustres Convidados

Caros Colegas

Como referi na carta que enderecei aos meus pares, na eleição que me conduziu a este cargo, as Relações atravessam um momento de especial défice de atenção por parte dos decisores políticos, legislativos e executivos - e aqui falo não apenas do Ministério da Justiça, mas também do Conselho Superior da Magistratura.

No movimento da reorganização judiciária, a 1.^a instância tem-se revelado uma prioridade que consome quase toda a atenção. É altura de contrariar esse impulso e conseguir agora a atenção para as insuficiências organizativas nas Relações.

Temos quadros deficitários; é perturbante o arrastamento na actualização do estatuto dos juízes das Relações; é negligente a falta de regulamentação da autonomia

das Relações e dos seus serviços de apoio, determinada pela lei há já 16 anos; as instalações não correspondem, nas suas funcionalidades, à dignidade e qualidade esperada para tribunais superiores.

A profunda revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais há muito anunciada continua, arrastada, sem termo à vista. O actual Governo é o segundo Governo que nomeia um grupo de trabalho para esse fim. Dois grupos que reuniram longamente e concluíram os seus trabalhos. Entretanto, desde 2008, houve já duas revisões da lei que enquadra a organização dos tribunais judiciais, com repercussões não ajustadas naquele Estatuto. Espero, esperam todos os juízes, seja-me permitido que o diga, que o arrastamento não se traduza num ocioso processo de impasses, qual capela eternamente imperfeita. O Estatuto é uma peça central na organização do judiciário e como tal deve ser solenemente compreendida. Novo processo de “pára-arranca” não seria suportável e traria elevados danos de prestígio e confiança.

Falando de capelas imperfeitas, também a regulamentação da autonomia se arrasta há mais de dezasseis longos anos. O Supremo Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Administrativo, os tribunais da relação e os tribunais centrais administrativos foram dotados de autonomia administrativa pelo Decreto-Lei n.º 177/2000, que preconizou a adaptação dos serviços de apoio ao regime de autonomia. Tal ocorreu apenas em 2002 para o Supremo Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Administrativo, mas nunca até hoje para os demais tribunais superiores. Esta situação, a bem do funcionamento destes tribunais, não pode ser esquecida e é minha intenção recordá-la permanentemente, em conjunto com os demais presidentes das Relações.

O presidente da Relação de Coimbra pode dar um contributo para conseguir respostas prontas para os problemas. Mas muito mais conseguirá se o fizer dentro duma rede de presidentes de tribunais da Relação que consensualize soluções, propostas e tome uma palavra interventiva. É o que espero que venha a ser desenvolvido, na linha do que até agora tem acontecido. Senhores Presidentes das Relações de Lisboa, Porto, Évora e Guimarães: podem contar comigo; contarei convosco, sempre.

4. Excelências

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em 2018, o Tribunal da Relação de Coimbra celebrará 100 anos.

A sua criação foi um marco importante na história do judiciário português. Tratou-se, então, da criação da terceira Relação, quando apenas coexistiam as de Lisboa e a do Porto e se procurava conseguir um melhor equilíbrio territorial no acesso à justiça e, também, a ponderação dos casos mais próxima das populações.

Foi uma enorme fonte de orgulho para Coimbra e toda a região do centro do país. Foi o fruto da luta das suas gentes que se mobilizaram para conseguir a sua aprovação, com a Faculdade de Direito de Coimbra, a Universidade, as autoridades municipais, as agremiações civis, a imprensa regional, à cabeça de um movimento entusiasta. Desde os primeiros anos da República, foi um anseio permanentemente agitado e que veio a ter eco finalmente no curto Governo de Sidónio Pais, ele próprio ligado a Coimbra, lente da sua Universidade. É até comovente ler as palavras do Professor Alberto dos Reis, lembradas pelo Professor Rui de Figueiredo Marcos, actual director da Faculdade de Direito de Coimbra, num estudo sobre as Orações de Sapiência na Faculdade, quando – na primeira Oração de Sapiência – ele recordou o episódio da deslocação a Lisboa da comissão que integrou para apresentar a pretensão de criar a Relação e ouviu de Sidónio, receptivo, estas palavras expressivas: “tudo quanto faço por Coimbra vem do fundo do meu coração”.

É também do “fundo do coração” que tem de ser comemorado o centenário da Relação. Comemorar uma ligação fortíssima com a região judicial, com Coimbra e com os municípios que integram o território. Uma celebração condigna para honrar todos os que nos antecederam, valorizar e prestigiar as funções que neste Tribunal exercemos, comunicar melhor e, também com muita importância, chamar a atenção para os problemas e procurar soluções efectivas.

Uma ocasião, também, para reflectir aprofundadamente no papel das Relações se quisermos agora introduzi-las numa prioridade do movimento da reorganização judiciária.

O Decreto fundador da Relação de Coimbra chamava a atenção para a então ligação necessária dos seus Desembargadores com a Faculdade de Direito. Por coincidência, em breve a Faculdade passará a dispor do edifício do renovado Colégio da Trindade, a inaugurar brevemente, onde se anuncia a instalação da Casa da

Jurisprudência. Gorado o sonho de alcançar ali um tribunal universitário, servindo a formação prática na Faculdade, quero garantir, porém, à sua direcção a colaboração desta Relação nas suas actividades, num óbvio plano de interesse comum. Assim como tenho a certeza que a Faculdade prestará o seu indispensável contributo na comemoração do centenário que se avizinha.

Contributo que terá de ser de todos. Juízes, magistrados do Ministério Público, advogados, funcionários. Esta é uma Casa de todos. Mas também da cidade e da Região e, por isso, é indispensável o envolvimento das Comarcas e dos Municípios, com o de Coimbra antes de mais, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e a V. Ex^a me dirijo em especial neste desígnio.

5. Minhas Senhoras e Meus Senhores

O centenário não pode esquecer a necessidade de requalificação do Palácio da Justiça que alberga esta Casa. Pelo contrário. É urgente que esteja pronta em 2018. Tudo farei para que assim seja e daqui apelo à Sr.^a Ministra da Justiça para que possam ser tomadas as providências que se impõem.

A requalificação do Palácio da Justiça não pode, porém, ficar desligada da construção de novo Palácio adjacente para albergar todas as unidades do tribunal de Comarca que se encontram dispersas pela cidade, em condições lamentáveis. Esse é um sonho alimentado há décadas, uma promessa ainda não concretizada. Recordo as promessas do Ministro da Justiça Vera Jardim. Como recordo as promessas do actual Sr. Primeiro Ministro quando, depois dele, foi Ministro da Justiça. A nova construção permitirá criar desafogo e acrescentar dignidade a esta Relação. Espero, pois, que aquilo que o então Ministro não pôde fazer, o Sr. Primeiro Ministro possa agora garantir.

Observo, com entusiasmo e orgulho, o consenso que existe na cidade quanto a essa construção. Verifico com esperança o movimento cívico que desperta para a impulsionar. Bem semelhante ao movimento que veio a dar frutos com a criação da Relação. Ainda na semana passada foi divulgada uma petição representativa, que juntou também o meu antecessor e o Sr. Procurador Geral Distrital. Associo-me a esse movimento, apelo à sua adesão e tudo farei no meu mandato para colaborar na

concretização da obra que virá revitalizar não só o serviço de justiça, mas também a cidade, o seu centro histórico, a eterna e ilustre Rua da Sofia.

6. Excelências

Caros Colegas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Tenho confiança que em cinco anos de mandato, não resolvendo todos os problemas, poderei contribuir para os progressos que se impõem. Se o não conseguir terei falhado. Quero que saibam, como as belas palavras que já citei, que o que farei será abertamente feito do fundo do meu coração.

Aproximar de todos esta instituição é um objectivo essencial, interna ou externamente, e faz parte da dinâmica de qualidade que pretendo; seguramente, a que os meus pares pretendem.

Num tempo de paródias discursivas que questionam os valores inclusivos dos direitos humanos universalmente validados e que já se traduzem em acções impróprias, o passo a temer é o de quebra nos padrões do Estado de Direito Democrático. Dentro das fronteiras europeias temos já exemplos em marcha totalmente inaceitáveis. Do outro lado do Continente, na Turquia, chegam-nos ecos disruptivos, com perseguições a juízes e suas famílias, vítimas que nos devem merecer a melhor preocupação, já bem manifestada por V. Ex.^a Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, através das redes que integra, por si ou através do CSM, bem como manifestada pelas associações de magistrados aqui representadas e que quero saudar pelo trabalho de denúncia pública que vêm fazendo.

A proximidade das instituições serve a democracia e os seus melhores valores. Integra, inclui, gera confiança e conforto, motiva e constrói progresso. E, então, as boas obras acontecem sem quase se dar por isso. Com naturalidade, apesar das dificuldades.

Todos podemos ser mais próximos, com melhores atitudes e plenamente colaborativos. Cidadãos comuns, juízes, magistrados do Ministério Público, advogados ou funcionários. Sem confundir papéis e responsabilidades, sem anular as

críticas ou o espírito crítico. Temos no nosso país, felizmente, essa possibilidade. Não a desperdicemos.

Aos meus pares, finalmente, quero agradecer a confiança traduzida na minha eleição e dizer-lhes que procurarei, também em matéria de gestão, assegurar um máximo de colegialidade nas decisões. Com a Sr.^a vice-presidente, com os Srs. presidentes das Secções, com o plenário constituído por nós todos. Bem como com os Srs. funcionários, designadamente os que ocupam funções dirigentes. Até hoje, em todas as estruturas de gestão que integrei, não soube trabalhar de outra maneira. Assim continuarei, seguramente.

Muito obrigado a todos.

(Luís Azevedo Mendes)

Coimbra, 16 de Fevereiro de 2017